

**V Reunião do GTT MRV
22 de setembro de 2021**

Instituição	Representante
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	João Vila Jozelia Zanatta Paula Packer
Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC)	Guilherme Lima
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE)	Clotilde Ferri Flora Martins
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	Cláudio Almeida Luiz Aragão Leila Fonseca
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Eleneide Sotta
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Alexandre Avelino Monique Ferreira Mariane Nardi
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	Humberto Mesquita
Especialista LULUCF convidada	Roberta Cantinho

Registro das discussões:

O conteúdo a seguir configura uma síntese da reunião, com foco nos principais elementos discutidos. Para mais detalhes das apresentações, das falas e do desenvolvimento das discussões, por gentileza, acesse o registro em vídeo da reunião, [disponível no espaço de trabalho do MMA](#). Caso encontre dificuldades em acessar, não hesite em contatar a equipe técnica do MMA pelo e-mail reddbrasil@mma.gov.br.

Alexandre deu as boas-vindas e apresentou da Gerente de Projetos Mariane Nardi, há pouco integrada à equipe do MMA. Procedeu aos informes gerais sobre o processo de ICA dos Anexos Técnicos ao BUR-4 e a contratação de consultoria para apoio a elaboração do FREL-Nacional.

Passou então à apreciação do Plano de Trabalho para a elaboração do FREL Nacional, justificando sua elaboração e como o contexto de financiamento para REDD+ tem instigado submissões mais complexas. Indicou que a reflexão do MMA, incluindo o alto nível de gestão, é que seria prudente adiar a submissão de FREL Nacional para a preparação dessa submissão mais adequada ao panorama internacional.

Alexandre explanou sobre os possíveis períodos que estão sendo considerados para o FREL Nacional e Cláudio complementou, explicando que o projeto Biomas foi desenhado em outro contexto e que agora estamos trabalhando para a adequação da série para o cenário atual. Humberto questionou se haverá uma manutenção da série histórica, Cláudio explicou que toda a série contratada será mantida, apenas o seu emprego para o FREL Nacional que está sendo repensado.

Também foi discutida a incorporação de emissões provenientes da degradação florestal. Alexandre contextualizou os motivos pelos quais deveremos incluí-las, esclarecendo à Flora e

aos demais que não necessariamente isso será considerado para todos os biomas. Luiz Aragão indicou que é importante fazer algumas considerações: i) O DETER tem reporte de área degradada a partir de 2015; ii) Importante separar as trajetórias de degradação por fogo e corte seletivo, pois as dinâmicas de regeneração também são distintas, e também avaliar os métodos de como calcular as perdas de biomassa; iii) utilização de dados para além dos dados provenientes dos sistemas de monitoramento convencionais. Também ponderou que o ideal para degradação e regeneração florestal é ter mapeamentos em escalas temporais anuais.

Roberta refletiu o quanto o processo de incorporação de degradação florestal nas submissões pode influenciar o DEGRAD, ponderou a questão de áreas antropizadas e manejadas com referência ao inventário e questionou também sobre a dinâmicas de efeito de borda. Aragão explicou que todos esses elementos estão em prospecção pelo INPE, mas ainda sem recursos para a implementação. Sobre a consideração ou não de áreas manejadas, a posição dele seria de considerar todo o território.

Humberto relembrou o entendimento do GTT-REDD+ de considerar apenas degradação na Amazônia, e apenas o fogo como agente degradador. Reiterou que para o SFB, a estratégia de manutenção de florestas passa pelo uso sustentável de florestas, promovendo o manejo e as concessões florestais. Lembrou também que o grupo iniciou a tratativa de degradação florestal nos demais biomas, considerando elementos como frequência, intensidade, mas sem subsídios conclusivos até aquele momento.

Claudio explicou que o DETER Cerrado não monitora degradação e indicou que no Cerrado não temos condições de monitorar a curto prazo. Explicou as diferenças de classes do DETER Amazônia e que a questão de integração dos dados de autorização de manejo poderia solucionar os obstáculos. Explicou também o processo de mapeamento de áreas degradadas e desmatadas.

Monique reforçou o ponto levantado por Humberto e as nuances de inclusão de corte seletivo no momento. Ponderou que nas submissões de REDD+ não fizemos distinção entre áreas manejadas ou não e consideramos todo o território. Alexandre opinou que isso deveria ser mantido para a degradação florestal.

Claudio expôs as dificuldades de avaliar a regeneração de florestas secundárias no Cerrado. O grupo discutiu as diferentes visões acerca do tema, o limite de florestas para as submissões de REDD+ e as complexidades do bioma. Após as discussões, o grupo concordou que deve ser destinada uma reunião específica sobre o bioma.

Aragão ponderou a prerrogativa que temos diante o marco de REDD+ de fazer o corte de definição do que é floresta. Alexandre resumiu as discussões indicando que vamos ter de tratar essas especificidades, olhando também o contexto internacional. Humberto concordou em discutirmos mais e ponderou que há espaço para se discutir degradação florestal também no Cerrado.

Aragão disse que se definirmos metodologia para Amazônia, também poderia ser aplicado em outros biomas florestais. Roberta levantou o questionamento sobre dupla contagem de emissões da degradação florestal e desmatamento. Alexandre lembrou que já houve um ensaio sobre esse tema, no âmbito de um subgrupo do antigo GTT-REDD+, considerando a história do pixel e padrões de emissão a depender do fenômeno envolvido. Leila questionou como será definido o período para degradação florestal. Alexandre indicou que o período de referência é definido pela série de dados do desmatamento e as demais atividades associadas seguirão o mesmo período.

O grupo passou para a discussão e consolidação dos encaminhamentos.

Encaminhamentos:

- GTT MRV avalia a degradação florestal no Cerrado
- GTT MRV avalia como não incorporar o manejo florestal sustentável como degradação florestal
- GTT MRV avalia os dados do SINAFLOR, o que pode até mesmo envolver interlocução com estados
- MMA compartilha os slides e gravação da reunião